

GRITANTE, AINDA QUE SILENCIOSO: Preconceito na Mobilidade Estudantil de Moçambicanos

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.12751>

Recebido em: 20/9/2021

Aceito em: 15/9/2022

Anna Ariane Araujo de Lavor¹, Jane Marcia Mazzarino²

RESUMO

A imigração voluntária dos africanos para o Brasil é recente e foi motivada pela procura de melhores condições de vida, trabalho ou estudo. A mobilidade estudantil é crescente e atrai jovens moçambicanos. O objetivo deste estudo é identificar e analisar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes moçambicanos durante sua formação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 19 alunos moçambicanos da Unilab. Busca-se a interpretação dos relatos dos estudantes a fim de caracterizar sua experiência, com foco nas dificuldades apresentadas. Os elementos que apareceram espontaneamente nos relatos deram origem a duas categorias emergentes de análise: a) Xenofobia e Racismo e b) Hipersexualização. Os preconceitos mudaram o estilo de vida dos entrevistados, pois precisaram enfrentar uma condição não esperada: o preconceito sobre o lugar de origem (Moçambique/África), principalmente, e, secundariamente, pela cor. Além destes, as mulheres moçambicanas vivenciaram situações de machismo, especialmente a hipersexualização, que afeta sua experiência de mobilidade estudantil no Brasil. O machismo é enfrentado por elas em Moçambique e em nosso país, fazendo com que sofram uma espécie de cruzamento de preconceitos transnacional.

Palavras-chave: imigração; mobilidade; xenofobia, racismo, hipersexualização.

YELLING, STILL SILENT: PREJUDICE IN THE STUDENT MOBILITY OF MOZAMBICANS

ABSTRACT

Voluntary immigration of Africans to Brazil is recent and was motivated by the search for better living, working or studying conditions. Student mobility is growing and attracts young Mozambicans. The aim of the study is to identify and analyze the difficulties faced by Mozambican students during their training at the University of International Integration of Lusofonia Afro-Brazilian (Unilab). This research is characterized as qualitative and descriptive. Semi-structured interviews were carried out with 19 Mozambican students from Unilab. It seeks to interpret the reports of students in order to characterize their experience, focusing on the difficulties presented. The elements that spontaneously emerged in the reports gave rise to two emerging categories of analysis: a) Xenophobia and Racism and b) Hypersexualization. Prejudices changed the interviewees' lifestyle, as they had to face an unexpected condition: prejudice about their place of origin (Mozambique/Africa), mainly, and, secondarily, by color or even. In addition to these, Mozambican women have experienced situations of machismo, especially hypersexualization, which affects their experience of student mobility in Brazil. Machismo is faced by them in Mozambique and Brazil, causing them to suffer a kind of crossover of transnational prejudices.

Keywords: immigration; mobility; xenophobia, racism, hypersexualization.

¹ Autora corresponde: Universidade do Vale do Taquari – Univates. Av. Avelino Talini, 171 – Universitário, Lajeado/RS, Brasil. CEP 95914-014. <http://lattes.cnpq.br/3756834196482462>. <https://orcid.org/0000-0001-5729-0270>. annaariane@hotmail.com

² Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4570485590802043>. <https://orcid.org/0000-0002-6051-5116>

INTRODUÇÃO

A imigração voluntária dos africanos para o Brasil é recente e foi motivada pela procura de melhores condições de vida, trabalho ou estudo. Devido ao crescimento deste fluxo migratório, em 1965 o governo federal lançou o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). O PEC-G foi criado para amparar os estudantes internacionais bem como para regulamentar de forma unificada o intercâmbio estudantil (DCE, 2019). A partir desta regulamentação, a qual foi acompanhada por Acordos Educacionais Internacionais, o fluxo migratório foi amplamente impulsionado (TCHAM, 2016). Atualmente, o Programa é regido pelo Decreto Presidencial nº 7.948/2013, que regulamenta a formação e a qualificação de estudantes oriundos do exterior por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior – IES – brasileiras (BRASIL, 2013). Desde os anos 2000 o Brasil selecionou mais de 9.000 alunos pelo Programa, e a África é o Continente de origem de grande parte dos estudantes, com 76% dos discentes (DCE, 2019). Esta grande procura possivelmente ocorre devido às facilidades proporcionadas por um idioma em comum, ou seja, são imigrantes dos chamados Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop). As imigrações, contudo, apresentam dificuldades causadas por diversos motivos (financeiros, choques culturais, dentre outros).

Segundo Amaral (2013), a maior concentração de estudantes dos Palops contemplados pelo Programa PEC-G está em Instituições de Ensino Superior (IES) da Região Sudeste do Brasil. A procura pela Região Nordeste, no entanto, tem aumentado após a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O fluxo migratório de estudantes africanos no Ceará, por exemplo, cresceu consideravelmente desde 2010, com a criação da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção – Ceará (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015). A primeira cidade brasileira a abolir a escravidão também se tornou a primeira a reunir estudantes de países de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), sendo, em sua maioria, de países africanos, que buscam cursos de educação formal no nosso país (MACIEL, 2017).

De acordo com a Lei de Criação da Unilab – Lei 12.289/2010 –, esta possui como objetivo formar pessoas para contribuir com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente as nações africanas (BRASIL, 2010). Os cursos da Unilab são ministrados principalmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países da CPLP, enfatizando áreas relacionados à formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública, dentre outros temas considerados estratégicos (BRASIL, 2010).

De acordo com Souza e Malomalo (2016), a Unilab surgiu devido a fatores internos e externos ao Brasil, que acompanharam os dois mandatos do governo federal na gestão 2003-2010. Como fatores internos, destacam-se as necessidades formuladas pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro. Já entre os fatores externos está a abertura do governo para políticas externas de cooperação solidária Sul-Sul, com destaque para os países da América Latina e da África (especialmente os de língua oficial portuguesa).

A cidade de Redenção foi escolhida para sediar o primeiro *Campus* da Unilab, por ter sido o primeiro município brasileiro a abolir a escravidão (MACIEL, 2017). De acordo com Silva (2013), esta escolha é simbólica e representa um resgate de uma dívida secular com os povos africanos. Situada na microrregião do Maciço de Baturité, a 62,8 km da capital do Estado (Fortaleza), Redenção possui uma população estimada de 27.663 pessoas nos seus 225,6 km²

(IBGE, 2019). A economia da cidade gira em torno, principalmente, da prestação de serviços (34,22%) e da agropecuária (26,13%). Além da questão simbólica, a universidade instalou-se em Redenção como parte da proposta do governo federal de interiorizar a educação superior no Brasil (UNILAB, 2014; SOUZA; MALOMALO, 2016). Cabe ressaltar que a região do Maciço de Baturité, até o momento, era carente de instituições científico-acadêmicas e de ofertas de cursos de Pós-Graduação (DIOGENES; AGUIR, 2013). A Unilab (2014), portanto, surge como uma forma de “contribuir com a realidade da região e dos países parceiros, assim como para incentivar que estudantes do continente africano tenham uma experiência de formação acadêmica no Brasil”.

Atualmente, a Unilab possui quatro *campi* (três no Ceará e um na Bahia) e concentra 4.619 alunos matriculados na Graduação presencial, sendo 1.147 de países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e 9 da Ásia (Timor-Leste) (UNILAB, 2021). Devido a esta expressividade, a Unilab foi escolhida como local para a aplicação da presente pesquisa, a qual tem como objetivo identificar e analisar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes moçambicanos durante sua formação nessa Universidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva. Busca-se a interpretação dos relatos de estudantes moçambicanos da Unilab a fim de caracterizar sua experiência com foco nas dificuldades apresentadas. Na pesquisa de campo foram usadas as entrevistas semiestruturadas.

A universidade possui, atualmente, 4.619 estudantes de Graduação, e, destes, apenas 45 são moçambicanos (UNILAB, 2020), representando o país africano com menor número de alunos na universidade. A realização das entrevistas teve autorização e suporte da Unilab e das entidades de representação estudantil Diretório Central Estudantil da Unilab (DCE-Unilab) e Associação dos Estudantes Moçambicanos na Unilab (Aemoz). As pesquisadoras, após autorização da Unilab, entraram em contato com as entidades estudantis que divulgaram a pesquisa para todos os interessados. Devido às restrições de isolamento social causadas pelo Covid-19, as entrevistas foram feitas por meio de videochamada na plataforma *Google Meet*. Todas as entrevistas ocorreram nos meses de maio e junho de 2020.

Foram entrevistados os 19 moçambicanos que estudam na Unilab (Ceará e Bahia) que demonstraram vontade de interagir com a proposta de investigação, sendo 3 de gênero feminino e 16 de gênero masculino, com média de 24,15 anos de idade. Entre esses entrevistados havia desde alunos do primeiro semestre na Unilab (com apenas 3 meses no Brasil) até alunos que acabaram de concluir o curso (estando há 6 anos no país), aguardando apenas os trâmites para a colação de grau.³

Após a coleta dos dados, as entrevistas foram transcritas em planilha; em seguida os resultados das entrevistas foram tabulados por categoria e analisados de forma qualitativa para

³ O projeto de pesquisa foi submetido a dois Comitês de Ética em Pesquisa – CEP: na Universidade do Vale do Taquari – Univates, por meio do processo nº 26761219.8.0000.5310 e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira, sob processo nº 26761219.8.3001.5576.

a compreensão de seus significados por meio da análise textual. De acordo com Moraes (2007, p. 87), a análise textual de uma pesquisa qualitativa é um “processo de desconstrução, seguida de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se, a partir disso, novos entendimentos sobre fenômenos e discursos investigados”.

MOBILIDADE AFRICANA: ESSE OUTRO DESCONHECIDO

No contexto da globalização ocorre uma valorização das migrações internacionais. Elas podem ser analisadas por suas contribuições na esfera da diversidade, de significados e outras implicações, uma vez que a interação do imigrante com o país que o recebe (e vice-versa) afeta as vivências e influencia diversas dimensões da identidade do imigrante, de acordo com Patarra e Baeninger (2006). Haesbaert (2015, p. 105) ressalta que a dinâmica das migrações sempre envolve, nos diversos níveis e contextos geo-históricos, “a (re)construção de um Outro advindo do encontro de vivências e trajetórias”. Neste contexto, percebe-se que os fluxos migratórios são cada vez mais “complexos, qualificados, internacionalizados e feminizados, estando na origem de transformações identitárias, familiares, sociais, económicas, laborais, culturais e políticas e implicando os vários domínios da esfera pública e privada” (MIRANDA; NEVES, 2011, p. 10).

Os imigrantes africanos chegam ao Brasil atraídos pela estabilidade econômica e política, assim como pela língua oficial comum às nações africanas que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Muitos imigrantes, contudo, têm um choque de realidade ao se verem diante de situações de preconceito pela cor da pele, nacionalidade ou condição social. “Os estudantes africanos não estão inteirados dos limites sociais tradicionalmente construídos pelos brancos para segregar os negros” (MENDES, 2010, p. 27). Subuhana (2007, p. 326) afirma que, no caso dos moçambicanos, persiste uma visão baseada no Brasil fictício e abastado mostrado nas novelas brasileiras, as quais são amplamente consumidas em solo moçambicano, “mas há aqueles que já conheciam a realidade brasileira por meio de ‘e/ imigrantes ativos’ amigos, parentes, ou mesmo por leituras e por outras fontes de informação”.

De acordo com Munanga (2004), as definições de negro, branco e mestiço não possuem o mesmo significado em nações e culturas diferentes. Santos (2010) relatou, em sua pesquisa com estudantes de Cabo Verde no Brasil, que estes apenas ao chegar ao país passaram a construir uma identidade que se define negra, acompanhado do uso de vestimentas e penteados que remetem à africanidade (mesmo que em seus países usassem basicamente vestimentas tipicamente europeias ou americanas), pois, para muitos, tais classificações só passaram a fazer sentido após o distanciamento com o país de origem. Ellery Mourão (2009), pesquisadora da área de fluxos migratórios de estudantes africanos no Brasil, afirma que existe uma busca pela

parcela de identificação com o continente que foi sendo negada, indicando que a vivência no Brasil é também fator relevante para a tomada de consciência sobre a questão da “africanidade”. Os deslocamentos possibilitam os trânsitos identitários, quando aproximam diferenças. Fora do país, diversos estudantes de nacionalidades diferentes passam a conviver cotidianamente uns com os outros, dividindo o mesmo espaço universitário, o que permite a eles um olhar para si e para o outro (p. 92).

O preconceito étnico e racial é apontado pelos estudantes africanos como o principal problema enfrentado no Brasil, de acordo com Subuhana (2007) e Silva (2017). Os autores destacam que a discriminação racial é ainda mais agravada quando ocorre em conjunto com

dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes, pois o preconceito socioeconômico seria ainda maior do que o causado pelo “tom de pele”.

Elias e Scotson (2000) destacam a diferenciação existente entre o preconceito individual e a estigmatização grupal praticada pela sociedade. A primeira possui uma raiz na personalidade individualizada, enquanto na segunda um grupo rotula negativamente outro, causando instabilidade entre os agrupamentos sociais distintos. No caso em análise pode haver, portanto, um estigma em relação à etnia ou cor/raça dos moçambicanos.

Langa (2014) ressalta “a existência de múltiplas representações acerca da presença africana, destacando-se visões estigmatizantes perpassadas de preconceito racial pela condição de negro”. Confirmando estas informações, Subuhana (2007) destaca “preconceito racial como a principal causa do mal-estar de um número considerável de nossos interlocutores em terras brasileiras”. O autor também informa que a imagem construída pelo brasileiro sobre os negros africanos costuma ser bastante negativa, pois associam a África predominantemente às guerras, selva, pobreza e miséria. Desta forma, o negro africano fica exposto a palavras e atos preconceituosos e estigmatizantes (SUBUHANA, 2007).

Especialmente no caso de situações de crise econômica, Schiller e Salazar (2013, p. 20) destacam que podem vir acompanhadas de uma “normalização das fronteiras nacionais e étnicas”. Segundo os autores, sob o argumento da proteção da soberania do país, passa-se a olhar com desconfiança para aqueles que migram, além de haver receio quanto aos domínios da economia, vagas de emprego, cultura e identidade nacional. Santos e Lucas (2016) citam que a população mais conservadora da Europa, por exemplo, passou a defender o fechamento das fronteiras por receio de uma possível invasão de refugiados, instabilizando os valores europeus e as condições de trabalho da população nativa, outros mais extremos receiam o crescimento da violência e do terrorismo.

Schiller (2008) defende que é necessário evitar tais ideias, pois isso nos impede de contemplar como os lugares e as pessoas que neles vivem se entrelaçam aos processos globais por intermédio de projetos transnacionais. Marinucci (2018) afirma que discursos xenofóbicos e racistas são legitimados por políticas migratórias restritivas e “malthusianas”.⁴ Augé (2010) cita, como exemplo desta situação, a crise financeira que atingiu a França no fim dos anos 1970: antes dela, buscava-se estabilizar e integrar os trabalhadores imigrantes com os demais trabalhadores franceses, mas com a chegada da crise e do conseqüente desemprego a situação mudou drasticamente. O medo do desemprego fez com que a classe operária passasse a ver os imigrantes de forma preconceituosa e segregada. Assim, a classe imigrante foi a primeira a ser atingida (preconceito, desemprego, clandestinidade, etc.) pela citada crise.

Santos (2014, p. 26-27) acredita que diversos países em diferentes épocas adotaram posturas controversas em relação à mobilidade humana internacional, “as quais se materializam desde aberturas e tolerâncias aos imigrantes em tempos de boa economia, à relutância e até mesmo xenofobismo e ressentimento, particularmente em tempos de desaceleração

⁴ Thomas Malthus [1766-1834] afirmava que a população tenderia ao colapso alimentar porque, embora a produção de alimentos crescesse numa progressão aritmética, a população cresceria numa progressão geométrica (muito mais rápida). Por tal motivo, Malthus defendia uma série de condutas para o controle populacional. Assim, Marinucci denomina teorias malthusianas aquelas que defendem algum tipo de controle populacional para o enfrentamento das crises sociais, econômicas ou ambientais.

econômica, desemprego e insegurança financeira”. Santos (2016) afirma que essa xenofobia é disseminada como tática da classe dominante capitalista, com o objetivo de dividir os imigrantes do restante da classe trabalhadora local para dificultar a organização de movimentos sociais contra a miséria e o desemprego. Desta forma, o autor entende o sentimento anti-imigrante também como uma estratégia utilizada para controle sobre toda a classe trabalhadora.

A xenofobia é uma palavra utilizada para definir “o medo, a rejeição, a recusa, a antipatia e a profunda aversão ao estrangeiro” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016). O termo expressa uma delimitação territorial e cultural, na qual o nativo vê o estranho como alguém suspeito por possuir comportamento, aparência e cultura diferentes. Assim, além do racismo presente na sociedade brasileira, existem relatos de que os africanos enfrentam preconceito ainda devido à origem de seus países. Para Langa (2014) e Subuhana (2007), o brasileiro possui uma imagem negativa dos africanos. A visão construída sobre o negro estrangeiro mudaria de acordo com sua origem: “a imagem que o brasileiro constrói sobre o negro estrangeiro varia de acordo com a sua proveniência. O negro norte americano seria visto como uma pessoa rica e com mais dinheiro. Essa reverência abrange o negro europeu. As representações construídas sobre os negros africanos são bem negativas” (SUBUHANA, 2007, p. 332). Martínez e Dutra (2018) explicam que a construção do racismo no Brasil tem uma jornada muito próxima com a sua história migratória. As autoras sugerem que o tema merece reflexão quando o país vende uma imagem no exterior de uma democracia racial.

Souza (2015) realizou uma pesquisa para analisar as vivências e perspectivas dos imigrantes africanos em qualificação no Brasil. Ela destaca que os entrevistados (estudantes africanos) relataram que no cotidiano universitário e na sociedade em que estão inseridos, são expostos a pensamentos e ações de brasileiros que associam a imagem do imigrante negro e africano à “pobreza, sujeira e inferioridade”. Segundo a autora, no início este tratamento é incompreendido pelos entrevistados, principalmente pelo fato de serem um grupo seletivo e que, ao retornarem a seus países de origem, serão vistos como uma elite intelectual.

Além disso, de acordo com Souza e Malomalo (2016), a maioria dos brasileiros ainda não sabe diferenciar as nacionalidades africanas. Conforme os autores, na Unilab de Redenção a maioria dos estudantes negros são guineenses; assim, os moradores da cidade pensam que todos os outros imigrantes negros da universidade são desta mesma nacionalidade. Para minimizar os preconceitos vivenciados na Unilab e promover a igualdade étnico-racial, foi criado, em 2015, o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial Kabengele Munanga, contudo ainda não existem estudos para demonstrar a efetividade deste núcleo na instituição (SOUZA; MALOMALO, 2016).

Estes preconceitos são enfrentados nas mais diversas situações e lugares: nas instituições de ensino, em seleções de estágios, bolsas e empregos. Em consequência disso, muitas vezes estes imigrantes conseguem vagas precarizadas e/ou mal remuneradas, aquém de suas qualificações acadêmicas e profissionais (LANGA, 2016). Esta situação encontra explicação na visão de Marinucci (2018), ao expor que, atualmente, com uma realidade composta por profundas mudanças socioculturais, concomitantemente com a crescente visibilidade dos fenômenos migratórios, explodiram novas e antigas formas de racismo. Além disso, o autor explica que ocorreu uma mudança do racismo clássico, que era mais disfarçado, para um neorracismo em decorrência de variáveis contextuais envolvendo identidades étnicas, culturais, religiosas e nacionais.

De acordo com Langa (2014), as mulheres africanas ocupam uma condição ainda mais difícil do que os homens nesse processo migratório:

Sua condição de negras e imigrantes coloca-as numa posição de subalternidade no mercado afetivo. As moças se envolvem em nítidas relações de submissão, a envolver dependência econômico-financeira, em seus relacionamentos tanto com africanos como com homens brasileiros. Mesmo diante de dificuldades, elas apresentam suas estratégias, como a escolha de parceiros com melhores condições financeiras, que contribuam no pagamento de despesas.

Miranda (2011) avalia que nos últimos 30 anos ocorreu pouco esforço para incorporar um debate sobre gênero nas teorias das migrações internacionais. Segundo a autora, isto ocorre porque os estudos dão maior atenção às causas das migrações do que a quem migra, contudo, para a elaboração de uma teoria internacional das migrações, faz-se necessária a construção de um quadro teórico que permita a compreensão das experiências únicas dos homens e das mulheres em cada estágio do processo de migração. Isto porque, para a autora, as relações de gênero, os papéis e as hierarquias influenciam diretamente no processo migratório. Sem esta visão torna-se inviável a apreensão de todas as complexidades que envolvem os processos migratórios.

Além disso, destaca-se que a migração feminina tem outras peculiaridades, tais como a de que normalmente possui uma permanência mais longa que a dos homens e é uma migração multicausal, que responde a fatores estruturais, familiares e pessoais (MORALES, 2009). A migração feminina, todavia, ainda se encontra invisível no mundo acadêmico, o que dificulta analisar de forma detalhada outras abordagens e peculiaridades (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017). A pesquisadora de literatura africana, com ênfase nos Estudos Feministas, Suélem da Cunha, também ressalta a falta de estudos sobre a mulher migrante e salienta que a imigrante negra, latina, ou originária dos países ditos do “terceiro mundo”, são as que mais sofrem diante das barreiras fronteiriças (CUNHA, 2017).

Esta discriminação sofrida pela mulher imigrante gera medo, isolamento e dificuldade de integração, culminando em uma maior vulnerabilidade diante da violência doméstica e sexual (COSTA; SCHWINN, 2018). Para Pereira (2015), apesar destas distinções, muitas vezes as experiências migratórias femininas tornam-se invisíveis e desvalorizadas, pois os estudos focam predominantemente a óptica masculina. Pereira (2015), contudo, ressalta que “se aspiramos reconstruir uma história mais complexa, é necessário lançarmos nossos olhares e realizarmos nossas análises em uma perspectiva que considere as categorias de gênero e de classe” (p. 100).

Para Costa e Schwinn (2018), estes e outros fatores são reflexos das discriminações sofridas pelas mulheres, e o preconceito vai além da questão de ser mulher, podendo-se incluir critérios de raça, classe, sexualidade, nacionalidade, idade e etnia. Para as autoras, com isto descentraliza-se o debate e “o foco passa a ser não mais na mulher branca europeia ou no racismo sofrido pelo homem negro, mas as inter-relações discriminatórias sofridas por mulheres negras, pobres, estrangeiras, lésbicas, etc.” (COSTA; SCHWINN, 2018, p. 198-199).

Depreende-se, do exposto, que os novos atores sociais trazidos pelos processos migratórios têm revelado alguns problemas na sociedade brasileira: nacionalismo excessivo, xenofobia, racismo e machismo, que surgem cada vez menos velados. Tais fatos podem interferir nas vivências destes imigrantes. Este estudo foca na experiência de moçambicanos em situação de mobilidade estudantil na Unilab e as dificuldades enfrentadas segundo seus pontos de vista.

RESULTADOS

Os entrevistados foram questionados sobre as principais dificuldades/obstáculos enfrentados no decorrer da mobilidade estudantil. Os elementos que emergiram espontaneamente nos relatos deram origem a duas categorias emergentes de análise: a) Xenofobia e Racismo, b) Hipersexualização.

Xenofobia e Racismo

A falta de reconhecimento da alteridade foi evidenciada nos relatos. Alguns entrevistados moçambicanos (entrevistado 4, 11, 12, 13, 15) ressaltaram que, embora a Unilab tenha consideração por suas raízes culturais, uma parte da população da cidade ainda não possui respeito e interesse em conhecer as culturas africanas. Um deles (entrevistado 4) cita que tem a sensação de que as pessoas da cidade possuem o desejo de que os alunos internacionais esqueçam totalmente suas origens para se enquadrar na realidade local. Outro entrevistado (12) relatou, ainda, que, embora alguns tenham interesse em saber sobre sua cultura, muitos não se aproximam, achando-os perigosos e ficando com medo.

O entrevistado 15 vivenciou situações de desrespeito e desconsideração da população em relação a suas raízes culturais, caracterizando-as como um “preconceito inicial” e restrito a alguns casos, destacando que, em geral, encontrou boas pessoas que o receberam bem. O entrevistado 11 enfrentou o choque cultural e a xenofobia, principalmente nos primeiros anos no Brasil, o que torna sua experiência tensa e desagradável pela possibilidade de viver as mesmas situações.

Porque, assim, os choques culturais, eles são latentes, são muito fortes, todos os dias. E, às vezes, nós achamos que passaram, mas de uma hora para outra aparece um velho fantasma e gera um novo impacto. Nas redes sociais da cidade, nos grupos, então, isso fica bem escancarado. Muito tenso. Eu diria que se eu tivesse que caracterizar dizia que são muito tensas, né? Não são aquela coisa branda e tudo mais. E só se difere alguns locais porque buscou fazer um trabalho de base. Nós da primeira entrada apanhamos muito nesse sentido; as ações de xenofobia, de racismo e tudo mais foram muito fortes. Eu já presenciei, já vivi, mas era... um pouco tinha a ver com a questão cultural, porque a racial, não vou dizer racial, porque a cidade (São Francisco do Conde-BA) tem 97% da população negra, segundo o IBGE, então não era racial, era cultural. O jeito de falar, a língua, alguém imitar o som de um macaco, era algo da linguística e cultural, não era racial. Nunca levei nesse aspecto de racial (ENTREVISTADO 11).

Situações de xenofobia também são relatadas pelos entrevistados da Unilab do Ceará. Por exemplo, o entrevistado 3 cita que notava preconceito devido à sua fala, e o entrevistado 4 que “as pessoas têm uma concepção muito errada da África. Então, com isso, as pessoas acham que somos pobres, ignorantes, entre outros”. O entrevistado 14 define a experiência como de duplo preconceito (por ser negro e imigrante), o que acarreta outros, como o preconceito em relação à imagem de que o imigrante africano é pobre, o que ele acha difícil de acabar. “Eu acho que preconceito, um tipo de preconceito que não termina ou vai ser difícil, é o fato de que todos vão pensar que o estrangeiro africano negro, ele sofre no seu país. Ele morre de fome; ele isso; ele aquilo; ele veio aqui pra isso; veio aqui pra destruir isso, entendeu? (ENTREVISTADO 14).

A falta de conhecimento sobre a realidade do imigrante tornaria a pessoa sujeita a praticar tais discriminações, segundo o entrevistado 16, que viveu uma experiência de xenofobia logo no início de sua experiência no Brasil, o que fez emergir uma prática de resistência que se transformou em compreensão, ao identificar a falta de referência na interlocutora.

Eu me lembro da minha colega *****. Ela disse assim: “como é que tu chegou aqui, chegou de navio?” Ela disse assim: “eu vejo os africanos a passarem mal, por vir em navios, a nadar, essas coisas”. Eu disse assim: “em navio é pouco, eu vim acorrentado para chegar até aqui como um escravo, como você me vê, eu sou africano, sou escravo. E se você não entende bem essas coisas sobre a África, tenta lá ver geografia que você vai entender, e procura ver a capital de Moçambique pra saber de onde eu venho”. E eu perguntei uma coisa a ela; depois dessa briga a gente ficou amigo; ficamos amigos e eu perguntei: “Tu já saiu daqui pra viajar pra outro canto?” E ela disse que não. “Mas tu tem passaporte?” E ela disse: não. Aí eu vi que eu tava discutindo com uma pessoa leiga, que não sabia o que é sair daqui, estar em outro canto, então eu acabei entendendo que era porque não sabia mesmo, ela não sabia (ENTREVISTADO 16).

Para o entrevistado 18, a xenofobia decorre de uma visão limitada sobre a África, que é construída imaginária e unicamente como de pobreza, de crianças “bebendo água suja e pensam que aquilo é África. Mas é mentira, não é só aquela parte que é África.” As boas praias e os lugares belos não fazem parte do imaginário brasileiro sobre o continente africano. “Posso dizer que acabam vendo aquilo que querem ver, se eu quero ver algo, então eu vou à procura de tal coisa, mas se eu pesquisar mesmo pra ver no seu todo, vou ver mais coisas. E de repente vou ficar espantado pelas coisas que posso ver (ENTREVISTADO 18).

Para o entrevistado 13 a questão do racismo “é gritante, ainda que silenciosa”. A entrevistada 10 define esse preconceito como velado, não expresso com palavras, mas sentido na pele. “As pessoas não falam, mas só no olhar a gente nota que há um certo preconceito. A gente chega num lugar e a gente sente que ali as pessoas não falam, mas elas se sentem desconfortáveis com a nossa presença lá (ENTREVISTADA 10).

As cenas de racismo atravessam as situações cotidianas na universidade, em restaurantes, supermercados, ruas, praças e festas, sendo identificadas pelo tratamento desconfiado que recebem, principalmente no contato inicial e vindo de pessoas mais velhas ou com pouca escolaridade, que imaginam um africano selvagem, invasor, que disputa vagas destinadas aos brasileiros:

“Quando cheguei em Redenção fui considerado como um selvagem, sei lá. Pessoas perguntavam se eu morava com elefantes em casa, se tinha televisão sabe [...] tudo isso era questões de pessoas que não tinham escola” (ENTREVISTADO 7); “as pessoas um pouco mais estudadas, elas percebem que essa questão de diferença de cor, diferença de religião não influencia nas questões de relação social, né? Então são pessoas às vezes um pouco mais idosas, e que não têm um nível de escolaridade um pouco elevado” (ENTREVISTADO 17); “É complicado e triste dizer isso, porque ainda somos vistos como invasores, ou seja, cogitam ou alegam que viemos tirar o que é deles aqui no Brasil [...] Isolamento nos trabalhos acadêmicos, etc. Isso ocorre com frequência em sala de aula e ao passear na cidade tem havido xingamentos” (ENTREVISTADO 1).

Na visão de alguns entrevistados, em aparente alento, com o gradativo aumento de imigrantes africanos trazidos pela Unilab em Redenção – CE –, os preconceitos diminuíram e ficaram um pouco menos diretos.

“Mas, ainda assim existem pessoas que olham diferente na estrada e você percebe que aquele olhar é um olhar de... sei lá, de estranhamento e tal. E não é, assim, algo tão notório, e nós também sabemos o que a gente quer, nós acabamos não ligando muito pra essa situação e tal, para não criarmos aqui problemas” (ENTREVISTADO 17).

Dos 19 entrevistados, apenas 3 disseram não ter presenciado ou vivido situações de preconceito.

Os preconceitos vivenciados estiveram relacionados, nos relatos, às seguintes palavras: desagradável, fantasma, escancarado, tensão, forte, difícil, desconhecimento, desconforto, desconfiança, tristeza, ilha, estranhamento, isolamento. Depreendeu-se que o sentimento diante dos preconceitos é de solidão acompanhada, desamparo e medo. As duas palavras contrastantes usadas por um dos entrevistados – “gritante” e “silêncio” – para descrever a sensação que a questão do racismo lhe desperta, parecem sintetizar a experiência de xenofobia e preconceito. Este silêncio representa a ausência de sons, verbalização de palavras/expressões diretamente racistas, contudo, ao afirmar que é algo gritante, ele traz a sensação de que o racismo é transmitido pelas repressões ou ausência de gestos amigáveis e oportunidades que poderiam ser proporcionadas no país, o que fica latente em diversas situações do seu dia a dia. Em relação ao preconceito velado, Domingues (2005, p. 165) assevera que o “Brasil é o país da segregação racial não declarada”.

Os relatos também fazem menção de que os moçambicanos são vistos como “selvagens/ invasores” e que é constante o estranhamento entre brasileiros e moçambicanos. Essas concepções despertam no brasileiro um sentimento hostil e intolerante em relação aos imigrantes africanos e geram desilusões nos moçambicanos, que esperavam acolhimento quando distantes de seu país.

Evidenciou-se que o preconceito sofrido decorre menos da cor da pele e mais por serem da África. A intolerância sofrida pelos estudantes internacionais é reconhecida pelos estudantes brasileiros entrevistados, os quais também são negros e já passaram por discriminação, e pelo representante da Unilab. Mesmo que existam ações antirracistas dentro da Universidade, estas também precisam ser levadas para fora dos muros institucionais por meio de projetos de extensão para que a comunidade possa conhecer e respeitar as diferenças culturais existentes; deste modo a Universidade gera a interação comunitária.

No caso dos entrevistados, é perceptível que se trata mais de xenofobia do que racismo. De acordo com o IBGE (2019), 90,88% da população da cidade de São Francisco do Conde – Bahia (cidade em que o entrevistado 11 estuda e reside) é composta por negros, correspondendo à cidade com maior população negra do país (UNILAB, 2019). Em Redenção e Acarape, onde os demais entrevistados estudam e residem, o percentual de negros também é alto, respectivamente 80,13% e 82,17%, o que mostra que possivelmente o fato de ser imigrante acaba sendo um fator que provoca uma intensificação do racismo. Conforme a opinião dos entrevistados: “o problema é ser negro e imigrante”, que impacta negativamente nas vivências decorrentes da mobilidade estudantil no Brasil. No Quadro 1 é possível observar as quantidades de negros (pardos e pretos) em relação às outras cores nos municípios onde residem os entrevistados.

Quadro 1 – Quantidade de habitantes de acordo com a cor nos municípios dos entrevistados

COR	SÃO FRANCISCO DO CONDE	REDENÇÃO	ACARAPE
AMARELO	711	231	14
BRANCA	2239	4989	2721
INDÍGENA	77	28	0
PARDO	16878	20081	12050
PRETO	13278	1086	553
TOTAL DA POPULAÇÃO (CENSO 2010)	33183	26415	15338

Fonte: As autoras, a partir de dados do IBGE (2019).

Cabe destacar que o xenofobismo é citado por Langa (2014), Subuhana (2007), Souza (2015) e Pereira e Santos (2018) como uma das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes africanos ao descreverem a estigmatizante imagem negativa que os brasileiros possuem da África, conforme exposto no referencial teórico. Para Subuhana (2007), a visão do brasileiro sobre o negro estrangeiro varia de acordo com o país de origem. Quando o brasileiro está diante de um estadunidense ou europeu negro, sua postura difere de quando o Outro é um negro africano, quando predomina uma forma negativa, associada à pobreza e miséria, o que um dos entrevistados identificou quando afirma que o preconceito com o país de origem e com a cor dá lugar a outros preconceitos, por serem vistos como de um lugar em que se bebe água suja.

Subuhana (2007) e Silva (2017) afirmam que a discriminação racial é ainda mais agravada quando ocorre em conjunto com dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes, pois o preconceito socioeconômico seria ainda maior do que o causado pelo “tom de pele”. Os estudantes entrevistados, contudo, não relataram dificuldades financeiras, provavelmente devido ao fato de estarem estudando em uma universidade pública e gratuita que fornece algumas ferramentas de apoio estudantil (restaurante universitário, bolsas, monitorias, etc.).

Diversas são as ferramentas utilizadas pelos entrevistados para conseguir se integrar socialmente e combater os preconceitos. Dentre estas formas, destacam-se a Aemoz e a criação de redes e grupos sociais que contribuíram para o fortalecimento dos estudantes internacionais. A criação de tais microgrupos, ou das chamadas tribos urbanas, funciona por meio de uma rede de apoio baseada em interesses e elementos culturais em comum, onde os moçambicanos estabelecem laços, marcam as diferenças e fazem escolhas do cotidiano.

O tribalismo tem como característica principal a “fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão”; uma forma de solidariedade não aleatória (eletiva), que sela alianças por meio do afeto e da valorização do grupo, uma forma de encarar o individualismo (MAFFESOLI, 2006, p. 107). Para Pais (2004), os indivíduos que compõem uma tribo urbana se distanciam de padrões sociais, o que não se refere a uma busca para se isolar dos grupos diferentes, mas para ir ao encontro de grupos que possuem interesses e ideais semelhantes. As tribos causam a sensação de pertencimento e garantia de afirmação identitária, pois oferecem apoio para resistir à adversidade e criar vínculos de sociabilidade e integração social.

É preciso levar em conta que a dificuldade de interagir e se relacionar com o ambiente (principalmente os estudantes de semestres iniciais) foi agravada pela pandemia da Covid-19. Inúmeras são as restrições causadas pela pandemia, tais como semestres letivos paralisados,

restaurantes universitários fechados, pouca socialização (cancelamento de eventos e festas em geral). Esta situação afetou a vulnerabilidade social e emocional dos imigrantes, que se tornaram ainda mais isolados do que se estivessem enfrentando o coronavírus em seus países de origem.

Hipersexualização

Outro elemento bastante mencionado pelos entrevistados como dificuldade foi a hipersexualização, objetivação ou erotização dos negros no Brasil. “Dizem que nós só servimos pra ser escravo de sexo” (ENTREVISTADO 1). Para a entrevistada 4, a sexualização do negro e do africano interfere nas relações de gênero aqui no Brasil: “As pessoas têm o preconceito de que as pretas têm algumas dádivas sexuais. Somos muito sexualizadas pelos homens daqui”. A entrevistada 11 e o entrevistado 15 também reconhecem a situação de hipersexualização dos negros no Brasil, o que, na opinião deles, afeta especialmente a mulher negra, mas o convívio com a mulher brasileira, que reage a estas investidas, tem mudado a forma de reagir das africanas.

Aqui tem muita prática de mototáxi e tudo mais, e eles têm... têm feito alguns movimentos, gestos, hipersexualizando as meninas e tudo mais. É uma forma de sexismo e machismo. Então eu diria que ela sofre por isso, né? A gente já presenciou isso. Umas chegam acompanhadas de seus companheiros e tudo mais, e mesmo assim não têm tido o mínimo de respeito que merecia; isso pesa porque elas sentem essa identidade; elas são africanas, negras e mulheres, três identidades que pesam muito. E eu não vou colocar, eu não consigo colocar uma mulher brasileira nem africana sofrer algum tipo de sexismo ou de um ato machista e tudo mais, porque de certa forma ela sabe que ela aqui tem um espaço mais politizado e ela pode levantar a voz e gritar e dizer que não quer; muitas meninas africanas têm adotado a mesma postura, né? E tipo, de calar e tudo mais, de sentir e tudo mais, e, a partir daí, a gente escuta isso direto aqui, é... com os homens brasileiros, dizem “não, elas são submissas, são fáceis” e tudo mais. E aí é uma grande, uma enorme hipersexualização delas aqui. Isso é muito forte (ENTREVISTADO 11).

Já ouvi comentários que “africanas são assim... tem poligamia”... as pessoas têm uma ideia de que o africano no geral é isso... É polígamo e é sexualmente muito ativo. E tem muita, é... é preconceito sim, tem muitos preconceitos com relação à África. Acho que é desconhecimento, inocência, né? É normal as pessoas estereotiparem algo. Mas nada é homogêneo... (ENTREVISTADO 15).

A entrevistada 2 relata que não chegou a observar um excesso de sexualização dos(as) negros(as), contudo observou um “olhar característico e um comentário em voz baixa depois de eu passar”; situação que acontece também com suas demais colegas. Já a entrevistada 10 acredita que existe um excesso de sexualização em relação a(os) negra(os), porém ela acredita que isso acontece mais com os homens. Associado a isso, ela ressalta que é mais comum os moçambicanos namorarem brasileiras do que as moçambicanas namorarem brasileiros, pois os homens brasileiros tenderiam a aproximarem-se das negras com objetivos apenas sexuais.

Sim, eu acho que isso é verdade. Até porque quando a gente chegou aqui eu recebi várias mensagens de brasileiros querendo ficar, isso logo na primeira semana. Aí eu nem conhecia eles e eles mandavam mensagens pedindo pra ficar e perguntando como é ficar com a gente. Aí eu acho que isso é mais com os meninos, eu noto mais com os meninos... As brasileiras acham que eles são muito bons de cama, quando veem eles, acham que são objetos sexuais. Então noto mais com os meninos, até porque nas meninas é muito difícil ver uma menina namorando com um brasileiro. São poucas as meninas. Agora, os meninos namorando com as brasileiras, são muitos. Então acho que existe sim de olharem para nós

negros e verem como um objeto sexual. Quando os homens brasileiros, quando olham para nós, eles não procuram para uma relação, eles procuram ficar com a gente, só para ficar uma noite e ver como é que é... E isso não só dentro da faculdade, mas fora também. Houve casos de pessoas que pediram pra ficar, comparar, tipo dizem que os africanos, os negros, são muito bons de cama. É muito desconfortável, porque você às vezes você quer uma relação com alguém e ver que a pessoa só quer ficar. Acho que é muito triste, porque nós negros não somos só isso, só objeto de sexualidade, nós também temos sentimentos (ENTREVISTADA 10).

Assim, percebe-se que muitos fatores podem influenciar nessa hipersexualização dos homens negros e das mulheres negras. Pode haver influência da mídia, que apresenta essa imagem muito sensualizada dos corpos negros, criando um estereótipo. A entrevistada 10 entende que o desconhecimento alimenta as ideias preconcebidas, padronizadas e generalizadas sobre os(as) negros(as), o que gera desconforto para os homens e mulheres entrevistados, pois sentem-se tratados de forma superficial e objetificada, o que dificulta a socialização e os relacionamentos amorosos mais duradouros. Alguns entrevistados relataram que existe um imaginário popular no Brasil que transforma o(a) negro(a) em sinônimo de objeto sexual, e tal situação prejudica suas vivências no país. Para Fleuri (2006),

Quando as diferenças culturais são consideradas numa perspectiva estereotipada, focalizam-se apenas as manifestações externas e particulares dos fenômenos culturais. Deixa-se de valorizar devidamente os sujeitos sociais que produzem tais manifestações culturais, ou não se consegue compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados que eles tecem (p. 24).

A imagem excessivamente sexualizada do negro, para os entrevistados, é um dos mecanismos de discriminação presentes na sociedade brasileira, os quais eles não esperavam encontrar. De acordo com Barros e Barreto (2018), a história do negro é cercada de preconceito e do seu tratamento como mercadoria. Essa objetivação do negro afeta fantasias e os desejos relacionados à sua sexualidade, o que é alimentado no contexto midiático. Para os autores (2018, p. 313), essa imagem excessivamente sexualizada é “uma construção discursiva da fantasia mediada pelo preconceito racial no imaginário social”. Para Rodrigues (2020), essa imagem hipersexualizada dificulta as relações sociais, pois transforma a pessoa em um objeto, sem emoções ou outras características da personalidade e identidade. Além disso, a

objetificação do corpo masculino negro como viril, forte e insaciável parece sugerir que este corpo serve quase que exclusivamente aos desejos do próprio corpo, deixando de lado outros aspectos (valores, pensamentos e direitos) da essência humana, como inteligência, cultura, educação, etc. (RODRIGUES, 2020, p. 268).

No caso da mulher negra, “a representação das mulheres pardas ou ‘mulatas’ como símbolo sexual faz parte de uma iconografia festejada dentro de uma concepção de nação brasileira miscigenada” (CANDIDO; JUNIOR, 2019, p. 3). Para os autores, esse estereótipo é uma forma de preconceito racial que reproduz cicatrizes de inferioridade no corpo negro, como se para estes o relacionamento se resumisse à sexualidade, não havendo capacidade para relações mais profundas. Embora essa hipersexualização não seja um caso restrito ao Brasil, para os autores o Brasil demonstra algumas peculiaridades, pois apresenta a “mulata” como um ícone nacional de beleza, o que foi difundido por diferentes meios culturais e midiáticos (novelas, filmes, propagandas, etc.) desde a década de 50 do século 20. Ou seja, reduzir os negros (em

especial a mulher negra) à erotização dos seus corpos reproduz um discurso racista, mantendo uma objetificação que oprime e hierarquiza homens e mulheres negras, sejam imigrantes ou brasileiros(as).

Evidenciou-se que a situação afeta a interação social e os relacionamentos afetivos; tanto que foi relatado por uma das entrevistadas que é mais comum os moçambicanos namorarem brasileiras do que as moçambicanas namorarem brasileiros, o que valida a afirmação de Subuhana (2019) de que algumas mulheres africanas em estudo no Brasil evitam envolver-se com homens brasileiros por achar que eles não as levariam a sério para um relacionamento afetivo. Trata-se de uma discriminação cruzada, e como toda discriminação que a mulher imigrante enfrenta, gera medo, isolamento e dificulta a integração social (COSTA; SCHWINN, 2018). Em relação às mulheres moçambicanas no Brasil, evidenciou-se que acabam tendo cruzamentos identitários e de preconceitos: africanas, negras e mulheres, três fatores que geram preconceitos e, conseqüentemente, causam diversos impactos na experiência da mobilidade acadêmica.

Conforme, no entanto, exposto pelo entrevistado 11, os diversos preconceitos sofridos pelas moçambicanas são percebidos tanto em Moçambique quanto no Brasil, porém, por meio de um movimento denominado “mulherismo”, foi possível perceber mudanças na situação. O mulherismo é um movimento social feminista que se dedica especificamente à causa negra (OMOLADE, 1994; COLLINS, 2017). Para as autoras, os dois fenômenos possuem como pauta o combate contra o racismo e o sexismo enfrentados pelas mulheres negras, a fim de alcançar igualdade e liberdade. Os “atuais debates sobre se o ponto de vista das mulheres negras deve ser nomeado ‘mulherismo’ ou ‘feminismo negro’ reflete esse desafio básico de acolher a diversidade das mulheres negras” (COLLINS, 2017, p. 4). Existe uma certa divisão sobre qual denominação deveria expressar a luta dessa categoria, contudo não é o propósito deste trabalho entrar nessa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar no Brasil os moçambicanos relataram como maiores obstáculos o racismo, a xenofobia e a hipersexualização. Os preconceitos mudaram o estilo de vida dos entrevistados, pois precisaram enfrentar uma condição não esperada: o preconceito sobre o lugar de origem (Moçambique/África) principalmente, e secundariamente pela cor ou ainda. Além destes, as mulheres moçambicanas vivenciaram situações de machismo, especialmente a hipersexualização, que afeta sua experiência de mobilidade estudantil no Brasil. O machismo é enfrentado por elas em Moçambique e no Brasil, fazendo com que sofram uma espécie de cruzamento de preconceitos transnacional.

Conforme exposto, o percentual de negros nas cidades em que ocorreram as entrevistas é bastante elevado, contudo as afirmações dos entrevistados mostram que a questão do racismo no Brasil é algo estrutural, pois “ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, 2018, p. 15). Quanto à hipersexualização, esta ocorre como forma de preconceito racial, que, de modo estruturante, ordena “um conjunto de práticas corporais racializadas vividas pelo gênero, na sexualidade, no trabalho, na afetividade e em outros lugares sociais” (PACHECO, 2013, p. 24).

Já a xenofobia é citada por Langa (2014), Subuhana (2007), Souza (2015) e Pereira e Santos (2018) como uma das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes africanos, ao descreverem a estigmatizante imagem negativa que os brasileiros possuem da África, conforme exposto no referencial teórico. Os moçambicanos relataram situações bastante explícitas da intolerância sofrida no Brasil. Foi possível, contudo observar na fala dos entrevistados que, em alguns casos, o preconceito vivenciado foi velado, o que valida a opinião de Domingues (2005) sobre a segregação racial não declarada.

Na opinião de Cruz Neto (2017) e de Faustino e Oliveira (2021), a xenofobia “tem cor”, pois é mais direcionada aos imigrantes negros que carregam na pele o estigma de sua origem e de sua raça. “A racialização exerce influência sobre os marcadores sociais de diferença e exclusão ao qual diferentes grupos de imigrantes serão recebidos no Brasil”, escrevem Faustino e Oliveira (2021, p. 205). Tal afirmação confirma o que foi exposto pelos entrevistados.

O estudo coloca como central que no encontro com o diferente é necessário olhar este Outro por meio do diálogo, buscando conhecer e compreender sua cultura e seus pontos de vista. Para isso, é preciso “ir ao encontro da singularidade do outro”, considerando que o ser humano é capaz de novas compreensões do outro e de si mesmo, por meio da linguagem (HERMANN, 2014, p. 478). Para a autora, “nessa experiência alojam-se as expectativas de uma abertura ética que mantenha a relação com a alteridade, supere o universalismo que assimila e nivela, para criarmos um mundo comum”.

Quando o encontro com este Outro, estudante moçambicano, é vivido pelo imigrante como uma experiência marcada por preconceitos e discriminações, muitas delas decorrentes da imagem que se tem dos africanos, fica a pergunta: A culpa da xenofobia, do racismo e da hipersexualização é da mídia? Não necessariamente, mas a mídia alimenta o imaginário sobre os negros africanos que no Brasil nem sempre são devidamente compreendidos como originários de nações diferentes. Maffesoli (2001) explica que o imaginário é uma ficção, ou seja, não retrata a realidade, e produz imagens coletivas sobre determinados assuntos. Para o autor, o imaginário não é algo individual, mas de um conjunto de pessoas. “O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado, nação, de uma comunidade, etc. O imaginário estabelece um vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual” (MAFFESOLI, 2001, p.76).

O autor explica, ainda, que o imaginário se encontra em uma dimensão/atmosfera formada por uma força social, semelhante a uma aura, que não se pode ver, mas se sente. Além disso, a internet, assim como outros meios de comunicação, “alimenta e é alimentada por imaginários” (MAFFESOLI, 2001, p. 80) e possui um importante papel nesta construção. Malomalo e Bali (2015) destacam a importância de abandonar o imaginário assentado em uma percepção negativa da África, que a caracteriza como um perigo demográfico, migratório, ambiental, de terrorismo e enfermidades, pois é esta visão errônea a responsável pelo sentimento de xenofobia e hostilidade de alguns brasileiros diante da migração africana.

No caso dos moçambicanos entrevistados, percebe-se que todos possuíam um determinado imaginário sobre o Brasil, a Unilab e a realidade que iriam encontrar na imigração. Este imaginário foi influenciado por meios de comunicação (novelas e programas de TV) e redes de amigos e familiares. Da mesma forma, os brasileiros que receberam os moçambicanos possuíam um imaginário sobre a realidade de Moçambique, muitas vezes com visões equivocadas e que alimentam diversos preconceitos, como evidenciados em estudos de Langa (2014), Subuhana (2007) e Silva (2017).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro*. São Paulo, SP: Cortez, 2016.
- ALMEIDA, S. L. *O que racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMARAL, J. B. *Atravessando o Atlântico: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- AUGÉ, M. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: Edufal; Unesp, 2010.
- BARROS, P. E.; BARRETO, R. M. Corpo negro e pornografia. *Bagoas*, Natal, n. 19, p. 301-315, 2018.
- BRASIL. Decreto 7.948/2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm#art23. Acesso em: 6 out. 2018.
- BRASIL. Lei 12.289/2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acesso em: 6 out. 2018.
- CANDIDO, M. R.; JUNIOR, J. F. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2019.
- COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. *Cadernos Pagu*, n. 51, 2017.
- COSTA, M. M. M.; SCHWINN, S. A. A discriminação múltipla sobre as mulheres migrantes. In: MEJÍA, M. R. G. (org.). *Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental*. Lajeado: Editora da Univates, 2018.
- CRUZ NETO, Reinaldo Venâncio da. *No Brasil, xenofobia tem cor e alvo: a realidade do deslocamento humano de haitianos ao Brasil, através do Estado do Acre, pós-catástrofe natural no Haiti em 2010*. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- CUNHA, S. A construção identitária da mulher negra africana em diáspora na obra Americanah de Chimamanda Ngozi Adichie. In: SEMINÁRIO DE FILOSOFIA E SOCIEDADE: ESTÉTICA, LITERATURA E FILOSOFIA SOCIAL, 3., 2017. Criciúma. *Anais [...]*. Criciúma, SC: Unesc, 2017.
- DIÁRIO DO NORDESTE. Educação que liberta. *Diário do Nordeste*. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/educacao-que-liberta-1.1006990>. Acesso em: 4 abr. 2018.
- DCE. Diretório Central Estudantil. Divisão de Temas Educacionais. *Processo seletivo*. 2019. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/processo_seletivo/inscricoes/2018.php. Acesso em: 4 out. 2020.
- DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. (org.). Unilab: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – caminhos e desafios acadêmicos da cooperação sul-sul. Redenção (CE): Unilab, 2013.
- DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, maio/ago. 2005.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- ELLERY MOURÃO, D. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. *Pro-posições*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 83-101, jan./abr. 2009.
- FLEURI, R. M. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. *Educação Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 95, maio/ago. 2006.
- FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L. M. Xenoracismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 193-210.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. 284 p.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HAESBAERT, R. Criminalização, racismo e preconceito. In: NETO, H. P.; SANTOS, M.; PETRUS, R.; GOMES, C. (org.). *Caminhos da migração: memória, integração e conflitos*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2015. E-book.
- HERMANN, N. A questão do outro e o diálogo. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 57, p. 477-493, jun. 2014.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. São Francisco do Conde. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- LANGA, E. N. B. *Diáspora africana no Ceará no século XXI*: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- LANGA, E. N. B. Diáspora africana no Ceará: representações sobre as festas e as interações afetivo sexuais de estudantes africano(a)s em Fortaleza. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 2, 2014.
- MACIEL, W. Usos de uma cidade da liberdade: estudantes africanos em Redenção. *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 79, p. 189-201, jan./abr. 2017.
- MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade (entrevista a Juremir Machado da Silva). *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 15, 2001.
- MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos*: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- MALOMALO, B.; BADI, M. K. O direito de migrar e o dever de compreender as migrações africanas na era da globalização. In: MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (org.). *Diáspora africana e migração na era da globalização*: experiências de refúgio, estudo e trabalho. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- MARINUCCI, R. Racismo e migrações. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 53, p. 7-10, ago. 2018.
- MARTÍNEZ, S. M.; DUTRA, D. Experiencias de racismo desde la inmigración haitiana y africana en Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 53, p. 99-113, ago. 2018.
- MEJÍA, M. R. G.; CAZAROTTO, R. T. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. *Repocs*, v. 14, n. 27, jan./jun. 2017.
- MENDES, P. G. V. *Racismo no Ceará*: herança colonial, trajetórias contemporâneas. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Centro de Humanidades, 2010.
- MIRANDA, J.; NEVES, A. S. Introdução: gênero e migrações. *Revista ex aequo*, n. 24, p. 9-12, 2011.
- MIRANDA, J. Mulheres em contexto migratório: figurantes ou protagonistas? In: NEVES, S. (coord.). *Gênero e ciências sociais*. Maia, Pt: Ismai, 2011. p. 197-214.
- MORAES R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. In: GALIAZZI, M. C.; VICENTE, J. (org.). *Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental*. Ijuí: Editora Unijuí; 2007.
- MORALES, L. I. M. Migração no México: tendências e consequências. In: *Migração e políticas sociais. Cadernos Adenauer*, v. 10, n. 1, 2009, ago. 2009.
- MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9968>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- OMOLADE, B. *The Rising Song of African American Women*. New York: Routledge, 1994.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra*: afetividade e solidão. Bahia: Edufba, 2013.
- PAIS, J. M. Introdução. In: PAIS, J. M.; BLASS, L. M. S. *Tribos urbanas*: produção artística e identidades. São Paulo: Annablume, 2004.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 83-102, fev. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2020.
- PEREIRA, G. M. S.; SANTOS, B. R. Subjetividades em trânsito: identidade, diáspora africana e cultura imaterial. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 30, 2018.
- PEREIRA, S. M. *Caminhos da migração*: memória, integração e conflitos. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- RODRIGUES, W. H. de Souza. Desmitificando a sensualidade naturalizada do ébano: um estudo acerca da objetificação do corpo do homem negro. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 267-284, jan./jun. 2020.
- SANTOS, M. O. Os “novos estrangeiros”. In: FERREIRA, A. P.; VAINER, C. B.; NETO, H. P.; SANTOS, M. O. (org.). *A experiência migrante*: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- SANTOS, A. L. C. Controle social das migrações e gestão da diversidade. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, v. 19, n. 3, set./dez. 2014.
- SANTOS, A. L. C. Reterritorializando saberes sobre a mobilidades humanas contemporâneas. In: CAMPUZANO-JULIOS, A.; SANTOS, A. L. C.; LUCAS, D. C. (org.). *Direitos humanos, imigração e diversidade*: dilemas da vida em movimento na sociedade contemporânea. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2016.

SANTOS, A. L. C.; LUCAS, D. C. População e governabilidade: a mobilidade humana (des)controlada. In: CAMPUZANO-JULIOS, A.; SANTOS, A. L. C.; LUCAS, D. C. (org.). *Direitos humanos, imigração e diversidade: dilemas da vida em movimento na sociedade contemporânea*. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

SCHILLER, G. N. Nuevas y viejas cuestiones sobre localidad: teorizar la migración transnacional en un mundo neoliberal. In: SOLÉ, C.; PARELLA, S.; CAVALCANTI, L. (org.). *Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones*. Barcelona: Grafo, 2008. p. 7-217.

SCHILLER, N. G.; SALAZAR, N. B. Regimes of Mobility Across the Globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, fev. 2013.

SILVA, A. G. D da. Diáspora africana no Ceará: um estudo sobre a trajetória de estudantes africanos nas Universidades do Ceará. *Revista Unifev: Ciência & Tecnologia*, v. 3, 2017.

SILVA, L. I. L. *Discurso do ex-presidente Lula – Outorga do Título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira*. Unilab, 2013. Disponível em: <http://www.UNILAB.edu.br/wpcontent/uploads/2013/03/Discurso-Lula.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SOUZA, L. F. Estudantes African@s migrantes: vivências e perspectivas na passagem do meio para a qualificação. In: MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (org.). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho*. Curitiba: Editora CRV, 2015.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. *Interfaces Brasil/Canadá*, Canoas, v. 16, n. 1, p. 256-293, 2016.

SUBUHANA, C. Estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidade e redes sociais. *Imagário*, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 321-355, jun. 2007.

SUBUHANA, C. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. *Pro-Posições*, v. 20, n.1, p.103-126, 2019.

TCHAM, I. *Estar, ficar e retornar: Estudantes africanos no Brasil e os dilemas da migração*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira. *Feriado estadual de 25 de março lembra abolição da escravatura no Ceará*. 24 mar. 2014. Disponível em: <http://www.UNILAB.edu.br/noticias/2014/03/24/feriado-estadual-de-25-de-marcolembra-abolicao-dos-escravos-no-ceara/>. Acesso em: 3 jan. 2021.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. *Graduação*. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojOGQzNjAwYzQtNzliMC00NzlmLTk4YWUtYmlyNWFiO-DU4ZWQ1IiwidCI6IjkwMjlkZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVzMjY2MSJ9>. Acesso em: 15 jan. 2020.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. *Unilab em números*. 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNTkzZjY2MWQzNjY2NS00MjkzLWl4YTAtOGJ-jY2NmNjdmNzI1IiwidCI6IjkwMjlkZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVzMjY2MSJ9>. Acesso em: 12 mar. 2020.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira. *Unilab em números*. 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNTkzZjY2MWQzNjY2NS00MjkzLWl4YTAtOGJ-jY2NmNjdmNzI1IiwidCI6IjkwMjlkZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVzMjY2MSJ9>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0